

EXÚ NAS ESCOLAS: CONTANDO HISTÓRIAS DE ORIXÁS NO ENSINO DE HISTÓRIA

EXU IN SCHOOLS: TELLING ORIXA STORIES IN HISTORY EDUCATION

EXU EN LAS ESCUELAS: CONTANDO HISTORIAS DE ORIXAS EN LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA



Caio Isidoro da Silva¹

Resumo: As histórias dos orixás fazem parte de mitologias africanas, especialmente das tradições iorubás, que foram preservadas e adaptadas em diversas partes do mundo. No Brasil, destacam-se o Candomblé e a Umbanda, nos quais os orixás desempenham um papel central. Ao contar histórias que apresentam esses orixás como seres divinos, poderosos, sábios e complexos, essas narrativas desafiam estereótipos racistas que muitas vezes perpetuam uma visão negativa e simplificada da cultura africana. Integrar a contação de histórias de orixás em contextos educacionais é uma maneira eficaz de promover a conscientização sobre a riqueza cultural africana, além de fornecer uma base para discussões sobre diversidade, equidade e justiça social. Dessa forma, o presente artigo tem o objetivo de analisar a prática de contar histórias, especificamente as histórias de orixás, no âmbito educacional, com ênfase no ensino de história, e investigar de que maneira essas histórias podem contribuir para o fortalecimento da luta antirracista e aplicabilidade da lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de história e culturas africanas e afro-brasileiras nas escolas do Brasil.

Palavras-chave: Orixás; contação de histórias; antirracismo; racismo religioso.

Abstract: The stories of the orixás are part of African mythologies, particularly from Yoruba traditions, which have been preserved and adapted in various parts of the world. In Brazil, Candomblé and Umbanda stand out, with orixás playing a central role in these practices. By narrating stories that depict orixás as divine, powerful, wise, and complex beings, these accounts challenge racist stereotypes that often





perpetuate a negative and oversimplified view of African culture. Integrating orixá storytelling into educational contexts is an effective way to promote awareness of African cultural richness while providing a foundation for discussions on diversity, equity, and social justice. Thus, this article aims to analyze the practice of storytelling—specifically the narratives of the orixás—in educational settings, with an emphasis on history teaching, and to explore how these stories can contribute to strengthening the fight against racism and implementing Law 10.639/03, which mandates the teaching of African and Afro-Brazilian history and cultures in Brazilian schools.

Keywords: Orixás; storytelling; anti-racism; religious racism.

Resumen: Las historias de los orixás forman parte de las mitologías africanas, especialmente de las tradiciones yorubas, que han sido preservadas y adaptadas en diversas partes del mundo. En Brasil, destacan el Candomblé y la Umbanda, en los cuales los orixás desempeñan un papel central. Al contar historias que presentan a los orixás como seres divinos, poderosos, sabios y complejos, estas narrativas desafían los estereotipos racistas que con frecuencia perpetúan una visión negativa y simplificada de la cultura africana. Integrar la narración de historias de orixás en contextos educativos es una forma eficaz de promover la concienciación sobre la riqueza cultural africana, además de proporcionar una base para discusiones sobre diversidad, equidad y justicia social. De esta manera, el presente artículo tiene como objetivo analizar la práctica de narrar historias, específicamente las historias de los orixás, en el ámbito educativo, con énfasis en la enseñanza de la historia, e investigar cómo estas historias pueden contribuir al fortalecimiento de la lucha antirracista y a la implementación de la Ley 10.639/03, que establece la obligatoriedad de la enseñanza de la historia y las culturas africanas y afrobrasileñas en las escuelas de Brasil.

Palabras clave: Orixás; narración de cuentos; antirracismo; racismo religioso.

Introdução

Exu no recreio
Não é Xou da Xuxa
Exu brasileiro
Exu nas escolas
Exu nigeriano
Exu nas escolas
E a prova do ano
É tomar de volta
A alcunha roubada
De um deus iorubano²

O ato de contar histórias é uma prática antiga e universal que desempenha um papel essencial na transmissão de conhecimentos, valores, culturas e experiências de geração em geração. Seja por meio da oralidade, da escrita, do teatro ou de outras formas de expressão, a contação de histórias desempenha várias funções e benefícios em diversos contextos como: comunicação e expressão, preservação da cultura e identidade, desenvolvimento da criação, estímulo à criatividade, transmissão de valores, entre outros exemplos.

Seja na sala de aula, em casa ou em eventos culturais, o ato de contar histórias continua desempenhando um papel essencial na transmissão de conhecimentos, na promoção da diversidade cultural e no desenvolvimento integral das pessoas. A prática da contação de histórias é uma forma poderosa de comunicação que transcende barreiras linguísticas e culturais, permitindo que as pessoas expressem ideias, sentimentos e conhecimentos de maneira envolvente (Busatto, 2013).

Dessa forma, enquanto poderosa ferramenta de ensino, a contação de histórias pode ser aplicada em todas as disciplinas. Portanto, no presente artigo, discute-se sua utilização no ensino de História. Nesse contexto, a contação de histórias pode ser um recurso pedagógico capaz de tornar o aprendizado mais envolvente, significativo e acessível aos alunos. Ao incorporar narrativas cativantes, os professores têm a oportunidade de despertar o interesse dos estudantes, proporcionar uma compreensão mais profunda dos eventos históricos e promover o desenvolvimento de habilidades críticas.

Posto isso e tendo como referência a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08, lei da obrigatoriedade do ensino de histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas em sala de aula³ e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana CNE/CP 3/2004⁴ estabelecida pela Resolução 01/2004 CNE/CEP (Brasil, 2004), pretende-se

analisar a integração entre a contação de histórias com elementos das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras, mais especificamente as histórias de orixás, divindades africanas presentes em tradições afro-brasileiras⁵. O objetivo é compreender de que maneira essas histórias podem contribuir para o combate ao racismo nas escolas, uma vez que a prática de contar histórias pode ser uma poderosa aliada na luta antirracista, promovendo uma compreensão mais ampla das tradições culturais afro-brasileiras, auxiliando na desconstrução de estereótipos e valorizando a diversidade étnica.

Sendo assim, serão discutidas obras que podem ser utilizadas por educadores para atender a essa demanda. Essas obras são: “*Conhecendo os orixás: de Exú a Oxalá*”, publicado em 2019, de autoria de Waldete Tristão (2020), doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Escritora e autora de livros infantis, suas obras se destacam pelo ativismo em prol da educação das relações étnico-raciais. A outra obra é “*Omo-Oba: histórias de princesas*”, publicada em 2009 por Kiusam de Oliveira (2009), doutora em Educação. A autora possui diversas publicações voltadas para a valorização das culturas africanas e afro-brasileiras⁶. Além dessas obras, também será analisado o curta-metragem “*Òrun Àiyé: A Criação do Mundo*”, dirigido por Jamile Coelho (2016)⁷. Lançado em 2016, o filme narra, de forma poética e visualmente rica, a história da criação do mundo segundo a mitologia iorubá. A narrativa destaca a sabedoria e a colaboração de divindades como Oxalá e Odudua⁸, abordando temas como a conexão entre o sagrado e o humano, a ancestralidade e a riqueza cultural das tradições afro-brasileiras.

A escolha dessas obras não foi aleatória, pois todas possuem um caráter não proselitista, respeitando a diversidade e atendendo aos requisitos da Lei 10.639/03. Contudo, é importante destacar que os trabalhos abordados são apenas sugestões para que os professores os utilizem como referência no fortalecimento da luta antirracista em sala de aula. Além disso, vale ressaltar que essas obras não têm um caráter dogmático, mas buscam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e que respeite os direitos das tradições afro-brasileiras, valorizando a diversidade que compõe nossa sociedade.

As origens da contação de histórias na educação

O ato de contar histórias possui raízes profundas na história da humanidade, incluindo sua aplicação na educação e no ensino de história. Essa prática desempenha um papel significativo no desenvolvimento cognitivo, social e emocional de crianças, adolescentes e até mesmo adultos. Remontando aos tempos mais antigos, quando os conhecimentos, valores e tradições eram transmitidos predominantemente de forma oral, a contação de histórias é uma das formas mais antigas de preservar e compartilhar saberes.



Por muito tempo, foi a principal maneira de transmitir conhecimentos, lendas, mitos e tradições de geração em geração em diversas culturas antigas. As narrativas eram utilizadas para explicar o mundo, ensinar valores morais e éticos, além de preservar a história e a cultura de uma sociedade (Ong, 1998, p. 10).

Com o passar do tempo, com o desenvolvimento da escrita e da impressão, a literatura infantil emergiu como um gênero distinto. Autores passaram a escrever histórias especificamente para crianças, frequentemente com lições morais ou educacionais. Exemplos incluem os contos de fadas dos Irmãos Grimm (Grimm; Grimm, 2004)⁹, as fábulas de Esopo (As fábulas [...], 2002)¹⁰, além dos inúmeros ditados e provérbios africanos registrados pelo tradicionalista Amadou Hampâté Bâ (2010), que dedicou grande parte de sua vida à preservação das tradições orais africanas.

Com o avanço da tecnologia, a contação de histórias na educação evoluiu para incluir mídias digitais, como livros eletrônicos, aplicativos educacionais e vídeos. Essas ferramentas modernas possibilitam uma abordagem multimodal para contar histórias, envolvendo as crianças de maneira mais interativa. Atualmente, a contação de histórias é amplamente reconhecida como uma ferramenta eficaz de ensino para todas as idades. As narrativas são utilizadas para ensinar diversas habilidades, desde o desenvolvimento da linguagem e da alfabetização até a compreensão de tópicos acadêmicos e valores éticos (Busatto, 2013).

O psicólogo Jean Piaget reconheceu a importância das histórias no desenvolvimento cognitivo das crianças. Ele acreditava que as narrativas podiam estimular o pensamento crítico, a imaginação e a resolução de problemas (Palangana, 2015). Da mesma forma, o psicólogo russo Lev Vygotsky enfatizava a relevância do contexto social na aprendizagem. Ele argumentava que as histórias, quando compartilhadas em um ambiente social, promovem a construção do conhecimento e o desenvolvimento da linguagem (Palangana, 2015).

Nesse sentido, considerando a relevância que a contação de histórias pode exercer no ambiente escolar e no desenvolvimento social e cognitivo de crianças e adolescentes, essa prática também pode contribuir significativamente para o processo de ensino-aprendizagem e, por consequência, para o ensino de história. A seguir, descreveremos de que maneira a contação de histórias pode ser integrada a essa disciplina.

A Contação de histórias e o ensino de história

Nos primórdios da civilização, o ensino de história era frequentemente realizado de forma oral. Narrativas históricas eram transmitidas de geração em geração por meio de poesias, mitos e histórias épicas. Com o advento da tecnologia, o ensino de história tornou-se mais dinâmico e acessível, utilizando recursos online, simulações e mídias digitais para envolver os alunos e tornar o estudo mais interativo. Atualmente,

o ensino de história continua a se transformar, buscando equilibrar a preservação das tradições na compreensão dos eventos passados com uma abordagem crítica e inclusiva, refletindo as mudanças nas práticas pedagógicas, nos conteúdos ensinados e nas tecnologias disponíveis (Fonseca, 2010).

A integração da contação de histórias no currículo de história pode enriquecer significativamente a experiência de aprendizagem dos alunos, tornando a disciplina mais envolvente, acessível e memorável. Alguns exemplos dessa aplicação incluem: a introdução de tópicos históricos como temas centrais da disciplina; o recontar de eventos históricos por meio de narrativas; a exploração de histórias regionais e locais por meio da coleta de relatos orais de pessoas mais velhas, entre outras possibilidades.

Dessa forma, os educadores podem criar uma atmosfera de aprendizado mais envolvente, na qual os alunos não apenas adquirem conhecimentos, mas também desenvolvem habilidades narrativas, empatia e uma compreensão mais aprofundada dos eventos e das pessoas do passado. Ao reconhecer e explorar esses benefícios, os educadores têm a oportunidade de transformar as aulas de história em um espaço dinâmico, onde os alunos não apenas aprendem fatos históricos, mas também desenvolvem habilidades essenciais para uma compreensão crítica e reflexiva do passado.

Embora a contação de histórias no ensino de história ofereça diversos benefícios, os educadores podem enfrentar desafios durante a implementação dessa abordagem. Entre esses desafios, destacam-se a seleção de histórias apropriadas, a adequação ao currículo, a inclusão de perspectivas diversas e a obtenção de recursos adequados para apoiar a prática. Esses fatores podem dificultar a incorporação eficaz da contação de histórias no ensino de história.

Entretanto, apesar desses desafios, muitos educadores têm superado obstáculos por meio da colaboração, formação contínua e adaptação criativa. A contação de histórias continua sendo uma ferramenta valiosa no ensino de história, e enfrentar esses desafios pode resultar em uma implementação mais eficaz e inclusiva (Souza, 2017).

Dentre os desafios citados, o presente artigo destaca a importância da diversidade de perspectivas, pois não basta apenas escolher histórias aleatórias e contá-las em sala de aula. É necessário que as obras escolhidas estejam contextualizadas com as aulas, de acordo com o currículo, utilizem linguagens compreensíveis para os alunos e apresentem diversidade de abordagens. Ou seja, é fundamental variar nas histórias, evitando a recorrente utilização das mesmas referências e matrizes brancas e europeias, como comumente ocorre nas escolas públicas brasileiras.

Diante disso, a incorporação da diversidade de abordagens pode contribuir significativamente para uma experiência de aprendizado mais enriquecedora e

inclusiva. A representação de diferentes perspectivas, a promoção da empatia, a inclusão de narrativas esquecidas, a desconstrução de estereótipos e o estímulo ao pensamento criativo são alguns dos benefícios que podem ser alcançados quando essa abordagem diversificada é aplicada.

Portanto, visando atender a essa diversidade de enfoques e considerando a implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatória a inclusão do ensino de histórias e culturas africanas e afro-brasileiras nas escolas de educação básica em todo o país, o presente artigo abordará a utilização da contação de histórias afro-brasileiras que tratam das religiosidades presentes nas tradições afro-brasileiras, de maneira não proselitista, contribuindo para a desconstrução do racismo religioso¹¹, ou seja, o preconceito e a intolerância que atingem as tradições afro-brasileiras.

A contação de histórias e a Lei 10.639/03

No ano de 2003, foi implementada a Lei 10.639/03, uma legislação brasileira que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino pública e privada, em todos os níveis e modalidades, a obrigatoriedade do ensino da temática “Histórias e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras”. Em 2008, a lei foi complementada pela Lei 11.645/08, que passou a incluir também as histórias e culturas indígenas. Essa legislação visa promover o respeito à diversidade étnico-racial e combater o racismo, reconhecendo a contribuição histórica e cultural dos afrodescendentes e indígenas no Brasil. Entretanto, a implementação dessa lei no país envolveu, e ainda envolve, diversos desafios (Brasil, 2003, 2008).

A dificuldade de implementar esses conteúdos de maneira não estereotipada nos materiais didáticos, a resistência de alguns setores da sociedade, a falta de recursos para capacitação de professores e desenvolvimento de materiais, além dos obstáculos na mudança de mentalidade em relação à abordagem da história e cultura afro-brasileira, são alguns dos desafios que dificultam a execução da Lei 10.639/03 (Souza, 2022).

De acordo com a pesquisa de campo realizada em escolas públicas estaduais e municipais das cinco regiões do Brasil, a pesquisadora Nilma Lino Gomes e Rodrigo Ednilson Jesus (2013) constatou que, em várias escolas visitadas, houve recusa por parte de alguns profissionais da educação, que as viam como uma imposição ou como a “lei dos negros” (Gomes; Jesus, 2013, p. 30). Além disso, foram observadas posturas de cunho religioso cristão, que corroboram essa resistência e, consequentemente, contribuem para um discurso de racismo religioso (Gomes; Jesus, 2013, p. 31).

Os pesquisadores Araújo, Guerra e Nogueira (2023, p. 17396) também se referem

a essa resistência de alguns setores escolares em implementar a Lei 10.639/03, o que prejudica as pautas e questões a serem discutidas no âmbito escolar, dificultando a promoção de uma educação antirracista e sustentando estereótipos e preconceitos.

Ao se debruçar sobre as tradições afro-brasileiras, essa recusa se mostra mais latente, pois é justificada por um forte discurso religioso cristão (Reis Neto, 2019, p. 24). De acordo com a pesquisa realizada por Caputo (2012), a perseguição contra alunos pertencentes às tradições afro-brasileiras é comum nas escolas públicas brasileiras, sendo em grande parte realizada pelos próprios professores.

Caputo também nos oferece um panorama bastante elucidativo no que tange ao racismo religioso presente nas escolas públicas. Em sua pesquisa, a autora aponta que, em sua maioria, os educadores contribuem para a perpetuação do racismo religioso, principalmente pela falta de formação, mas também pela reprodução de discursos de cunho cristão, especialmente neopentecostais (Caputo, 2012, p. 197). Dentre os vários exemplos citados pela autora, um deles se refere a uma ação em que a professora passava óleo ungido nas crianças para “[...] tirar os demônios do candomblé” (Caputo, 2012, p. 197).

É nesse sentido que a contação de histórias de orixás pode contribuir para a discussão e, consequentemente, para a diminuição do racismo religioso, uma vez que, muitas vezes, a perpetuação desses preconceitos ocorre por desconhecimento das culturas africanas e afro-brasileiras. Sabe-se que apenas com a contação de histórias não é possível erradicar o racismo religioso, mas é um grande passo para a adoção de práticas antirracistas nas escolas.

A contação de histórias dos orixás como aliada a práticas antirracistas

A contação de histórias dos orixás, elementos fundamentais nas tradições afro-brasileiras, pode desempenhar um papel crucial como aliada em práticas antirracistas. Como visto, a Lei 10.639/03 institui a obrigatoriedade do ensino de histórias e culturas africanas e afro-brasileiras. Entretanto, como apontado acima, essas práticas ainda enfrentam grande resistência de alguns setores escolares, especialmente as tradições afro-brasileiras, que são demonizadas por determinados segmentos religiosos cristãos.

Isso se deve, em grande parte, ao desconhecimento sobre o que são os orixás nas tradições afro-brasileiras. Mas, afinal, o que são os orixás? Eles são deidades veneradas em regiões da África Ocidental, sobretudo na Nigéria e no Benin, e, no Brasil, são designações específicas da nação Yorubá, ou Ketu/Nagô, cultuados em diversas tradições afro-brasileiras, como o candomblé e a umbanda. É importante observar que as tradições afro-brasileiras podem variar, e até mesmo dentro delas, devido à diversidade de influências culturais e regionais. Ademais, os orixás, para além dos

fundamentos religiosos, também representam distintos elementos culturais e sociais das sociedades africanas e, posteriormente, afro-brasileiras nas quais estão inseridos.

Ao incorporar nas práticas pedagógicas a contação de histórias de orixás, é possível proporcionar um ambiente de aprendizado que valoriza a diversidade, promove a justiça social e desafia atitudes discriminatórias. Além disso, constitui um elemento valioso para a construção de uma educação mais inclusiva, que respeita e celebra a diversidade étnico-racial. Essa abordagem contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes de sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa.

Sendo assim, uma abordagem não proselitista com o trabalho de contação de histórias de orixás pode contribuir para a desmistificação de análises preconceituosas, além de promover outras questões importantes, como: o resgate da identidade cultural afro-brasileira, visto que contar essas histórias nas escolas e em outros espaços educacionais ajuda a resgatar e valorizar a identidade cultural afrodescendente, proporcionando um entendimento mais profundo sobre a riqueza e complexidade das tradições africanas; a desconstrução de estereótipos e preconceitos; a promoção da tolerância religiosa; o empoderamento e a autoestima, pois o conhecimento das histórias dos orixás pode fortalecer a autoestima de estudantes afrodescendentes, proporcionando uma conexão positiva com suas raízes culturais e espirituais; e o enfrentamento do racismo religioso. São algumas das contribuições que um trabalho de contação de histórias bem realizado pode oferecer para uma educação antirracista.

Diante do exposto, irei descrever e sugerir algumas obras que podem ser utilizadas para tais fins, focando em histórias voltadas para o público infanto-juvenil, com abordagens que valorizam a diversidade das tradições afro-brasileiras.

A primeira obra é “Conhecendo os orixás: de Exú a Oxalá”, da autora Waldete Tristão (2020) e ilustrada por Caco Bressane¹². O livro oferece um panorama das características dos orixás cultuados nas tradições afro-brasileiras, apresentando seus nomes, dias da semana, cores, comidas, animais e saudações. Além disso, também narra histórias resumidas de cada orixá, que são essenciais para os ensinamentos e fundamentos dessas tradições. Essas histórias, transmitidas por meio da tradição oral, são fundamentais na manutenção da palavra, já que as tradições afro-brasileiras não possuem um livro sagrado como as religiões abraâmicas¹³. A tradição oral, portanto, desempenha um papel vital como transmissora de conhecimento e preservadora da cultura, sendo um dos pilares mais importantes das práticas espirituais e culturais afro-brasileiras.

O interessante dessa obra é que, além de apresentar uma linguagem simples e acessível, também é altamente recomendada para quem deseja iniciar o estudo sobre as culturas dos orixás, funcionando como um excelente livro introdutório. Vale

ressaltar que a obra não adota um caráter proselitista, ou seja, não tem a intenção de doutrinar o leitor. Outro aspecto relevante são as ilustrações, que, por serem voltadas para o público infanto-juvenil, se destacam pelo uso de cores vivas e pela altíssima qualidade da diagramação, o que torna a leitura ainda mais atraente.

Outra obra que pode ser extremamente proveitosa tanto para uma educação antirracista quanto para a promoção da igualdade de gênero é o livro “Omo-Oba: Histórias de Princesas”. O manuscrito é da escritora Kiusam de Oliveira (2009), autora reconhecida por seu trabalho na promoção da cultura afro-brasileira e na valorização da identidade negra¹⁴.

“Omo-Oba: Histórias de Princesas” é uma coletânea de contos que apresenta narrativas sobre princesas africanas, resgatando elementos da tradição oral africana e associando-os aos orixás femininos. A autora mergulha nas riquezas culturais do continente africano, trazendo histórias que ultrapassam os estereótipos frequentemente associados aos contos de princesas.

Os contos exploram temas como coragem, sabedoria, amor e superação, oferecendo uma perspectiva única sobre o papel das mulheres na cultura africana. Cada história destaca a força e a resiliência das personagens femininas, desafiando preconceitos e proporcionando uma visão enriquecedora da diversidade cultural africana. A narrativa totaliza 45 páginas e é composta por seis histórias de princesas negras: “As histórias deste livro mostram como essas princesas se tornaram rainhas” (Oliveira, 2009, p. 7). Assim, desvela-se o universo dos orixás em uma linguagem voltada para o público infantil e juvenil. São elas: Oiá, Oxum, Yemanjá, Olocum, Ajé Xalungá e Oduduá.

A proposta do livro é, além de entreter, contribuir para a valorização da herança cultural afro-brasileira, especialmente entre crianças e jovens. Kiusam de Oliveira busca resgatar a importância das histórias tradicionais africanas, apresentando um panorama diversificado de narrativas que celebram a riqueza e a complexidade da cultura negra. “Omo-Oba: Histórias de Princesas” representa uma contribuição significativa para a literatura infanto-juvenil afro-brasileira, incentivando a apreciação da diversidade étnico-cultural desde a infância e promovendo a construção de identidades positivas entre os leitores.

Além dos livros de histórias, também é possível recorrer a recursos midiáticos, que podem ser utilizados em sala de aula como material de apoio, apresentando resultados bastante positivos (Napolitano, 2003). Sendo assim, será apresentada uma obra, mais especificamente um curta-metragem, que aborda a criação do mundo segundo a tradição dos orixás, intitulado “*Orun Aiyê*”.

Essa produção faz parte de um projeto multiplataforma e transmídia que envolve curta-metragem, série, longa-metragem, podcast, bonecos, games e livros. O curta-metragem (episódio piloto da série) estreou no dia 15 de janeiro de 2016 no Espaço

Itaú de Cinema Salvador. Idealizado pelas cineastas Jamile Coelho e Cíntia Maria, as produções narram histórias da cultura iorubá, difundindo a cultura e a religiosidade afro-brasileira. Esse episódio pode ser assistido gratuitamente na plataforma Itaú Cultural Play. Como se trata de um projeto com diferentes materiais e linguagens, no presente artigo, vamos nos ater somente ao episódio piloto “Orun Aiyê - A Criação do Universo”.

A animação em *stop motion*, lançada em 2016 pela Estandarte Produções e com direção de Jamile Coelho e Cíntia Maria, tem 12 minutos de duração. A obra também conta com recursos como audiodescrição, subtitulação e janela em Libras, além de estar legendada em mais de cinco idiomas, contribuindo para uma educação inclusiva. A história narra o mito da criação segundo a tradição yorubá dos orixás. Oxalá, um dos orixás da criação, é encarregado de uma importante tarefa, mas, ao esquecer de fazer suas oferendas a Exu, conforme foi recomendado, acaba falhando em sua missão. Esse mito é amplamente difundido nas tradições afro-brasileiras no Brasil e também em outros países (Prandi, 2001, p. 502).

É importante salientar que essa história traz inúmeras referências dos povos iorubás e, consequentemente, suas contribuições para a construção das tradições religiosas afro-brasileiras e para o imaginário popular do Brasil. Além disso, a valorização da oralidade, elemento de extrema importância para algumas sociedades africanas, também é evidenciada, visto que essas tradições têm como fundamento a transmissão oral, ou seja, a transmissão de valores e aprendizados da geração mais velha para os mais jovens.

Dessa maneira, ao utilizar esse curta-metragem, é possível reconhecer a oralidade e sua importância para a sociedade brasileira, o respeito aos ensinamentos transmitidos pelos mais velhos e o enaltecimento de elementos africanos que fazem parte da cultura do Brasil. Esses são alguns dos aspectos que podem enriquecer uma abordagem antirracista em sala de aula, desde que trabalhados de maneira não-prosletista. Todavia, isso não impede que o educador desenvolva outras ações que atendam à demanda da Lei 10.639/03.

Para exemplificar, existem diversas outras obras, tanto no formato manuscrito quanto digital, que podem ser utilizadas nas escolas como material de apoio para uma educação antirracista, abordando ou não a tradição dos orixás: “O cabelo de Lelê”, “O mundo no Black Power de Tayo”, “Mãe África: mitos, lendas e contos”, “Bruna e a Galinha d’Angola”, “Histórias de Ananse”, dentre outras. Entretanto, como citado anteriormente, o presente artigo se debruçou sobre a descrição apenas das três obras referenciadas.

Em resumo, é possível compreender que as práticas antirracistas na área da educação não devem se limitar a uma única ação, mas sim a um conjunto delas, que



precisam ser aplicadas cotidianamente. Para isso, é necessário que o professor, em sua formação continuada, esteja sempre se atualizando e se informando sobre o assunto. Essa formação, em parte, deve ser oferecida pelas instituições, que precisam proporcionar esse tipo de conteúdo aos seus educadores. Todavia, sabe-se que, muitas vezes, essas formações são insuficientes ou carregadas de perspectivas estereotipadas, como citado ao longo do artigo.

Cabe ao educador, no papel de professor-pesquisador, buscar informações confiáveis, assim como materiais de qualidade, para, de fato, contribuir para uma educação antirracista e não apenas cumprir protocolo, como vem ocorrendo em muitas escolas da rede pública brasileira. Um exemplo disso é a prática de citar pontualmente a questão racial apenas no dia 20 de novembro, como se fosse uma data comemorativa qualquer.

Posto isso, a contação de histórias — e, nesse caso, as que abordam as tradições dos orixás — pode ser uma prática aliada a uma educação antirracista, mas não é a única. Histórias que valorizam a diversidade dos povos africanos e afro-brasileiros, resgatando as distintas identidades negras, além de abordagens não estereotipadas que não reforcem preconceitos existentes em nossa sociedade, são algumas das inúmeras ações antirracistas que podem ser trabalhadas em sala de aula. Basta o desejo do educador de transformar a sociedade em que vivemos, que ainda carrega heranças racistas e preconceituosas.

Considerações finais

A contação de histórias desempenha um papel crucial no desenvolvimento das crianças, influenciando positivamente diversas áreas, como linguagem, cognição, socialização, aspectos emocionais e culturais. Além disso, é uma ferramenta poderosa que não apenas nutre o amor pela leitura, mas também contribui para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças.

Ao incorporar a prática da contação de histórias na disciplina de História, com a aplicação da Lei 10.639/03, que visa combater o racismo, promover a igualdade racial e reconhecer a contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros para a construção da identidade nacional, é possível desenvolver um trabalho de grande potencial. Como visto, a contação de histórias, quando aliada a práticas antirracistas, pode desempenhar um papel significativo na formação de uma geração mais consciente, inclusiva e comprometida com a promoção da igualdade racial. Essa abordagem não apenas informa, mas também transforma percepções e atitudes em relação à diversidade étnico-racial.

Dessa maneira, o presente artigo abordou como contar histórias de orixás,



divindades da mitologia africana e afro-brasileira, pode ser uma maneira rica de integrar práticas antirracistas à educação e ao ensino de História. Essas histórias têm o potencial de promover o entendimento, respeito e valorização das tradições culturais afrodescendentes. Ao utilizar histórias de orixás, os educadores podem tratar de questões antirracistas, promovendo o respeito pela diversidade cultural e étnico-racial.

Para isso, é importante que essas narrativas sejam apresentadas com sensibilidade e respeito à diversidade de crenças, enfatizando valores universais como justiça, igualdade e compreensão mútua. Além disso, convidar membros da comunidade afrodescendente para compartilhar suas experiências e perspectivas pode enriquecer ainda mais as discussões e promover um ambiente educacional inclusivo.

Seguindo essas diretrizes, os professores podem desempenhar um papel significativo na promoção da diversidade cultural, no combate ao racismo e na aplicação efetiva da Lei 10.639/03 por meio da contação de histórias de orixás. Isso contribui para a construção de uma escola diversa e respeitosa com a pluralidade de culturas presentes no Brasil e, consequentemente, para o combate ao racismo religioso.

Referências

- ARAÚJO, Eleno Marques de; GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues; NOGUEIRA, Elce Nunes Nogueira da Costa e. Lei 10.639/2003: a educação étnico-racial como uma linha dos direitos humanos. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, São José dos Pinhais, v. 16, n. 9, p. 17387-17399, 2023. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.9-213>.
- BÂ, Amadou Hampaté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *História geral da África: metodologia e pré-história da África*. 2. ed. Brasília, DF: UNESCO, 2010. v. 2.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004.
- BRASIL. Presidência da República. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei n. 11.645, de 10 março de 2008. Altera a lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no

ARTIGO

currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira e indígena”. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

BUSATTO, Cléo. *A arte de contar histórias no século XXI: tradição e ciberespaço*. Petrópolis: Vozes, 2013.

CAPUTO, Stela G. *Educação nos terreiros e como a escola se relaciona com as crianças do candomblé*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

AS FÁBULAS de Esopo: em texto bilíngue grego-português. Tradução de Manuel Aveleza de Sousa. Rio de Janeiro: Thex, 2002.

FONSECA, Selva. A história na educação básica: conteúdos, abordagens e metodologias. In: SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO - PERSPECTIVAS ATUAIS, 1., 2010, Belo Horizonte. *Anais* [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 1-13.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000100003>.

GRIMM, Jacob Ludwig Karl; GRIMM, Wilhelm Karl. João e Maria. In: TATAR, Maria; AFANASEV, Aleksandr; ANDERSEN, Hans Christian; ASBJØRNSEN, Peter Christen; JACOBS, Joseph; BEAUMONT, Jeanne-Marie Leprince de; MOE, Jørgen; PERRAULT, Charles. *Contos de fadas*: edição comentada e ilustrada. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004. p. 70-89.

NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003.

OLIVEIRA, Kisuam de. *Omo-Oba*: histórias de princesas. Belo Horizonte: Mazza, 2009.

ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita*. Campinas: Papirus, 1998.

PALANGANA, Isilda Campaner. *Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski: a relevância do social*. 6. ed. São Paulo: Summus, 2015.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

REIS NETO, João Augusto dos. A pedagogia de exu: educar para resistir e (r)existir. *Calundu*, Brasília, DF, v. 3, n. 2, p. 7-33, jul./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v3i2.27476>.

SILVA, Caio Isidoro da. *Políticas públicas para o enfrentamento do racismo religioso (2003-2006)*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/192303>. Acesso em:

12 dez. 2023.

SOUZA, Paloma Silva de. *Políticas educacionais antirracistas: análise dos modos de enfrentamento ao racismo em escolas públicas brasileiras*. 2022. 137 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/17752>. Acesso em: 12 dez. 2023

SOUZA, Rogério Santos. O ensino de história na educação infantil e contação de histórias afro-brasileiras: registro de uma experiência docente. *Bilros*, Fortaleza, v. 5, n. 9, p. 324-341, jun./ago. 2017. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/bilros/article/view/7799>. Acesso em: 12 dez. 2023

TRISTÃO, Waldete. *Conhecendo os orixás: de Exú a Oxalá*. 2. ed. São Paulo: Arole Cultural, 2020.

Notas

¹Mestre em História (Unesp-Assis). Professor na rede estadual de ensino de São Paulo.

²Trecho retirado da canção “Exu nas escolas” - interpretada por Elza Soares. Compositores: Edgar Pereira Da Silva / Kiko Dinnuci.

³Lei da obrigatoriedade do ensino de histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas. Para ver a lei (Brasil, 2008).

⁴Essas diretrizes foram instituídas para orientar a aplicação da lei, promovendo uma educação que reconheça e valorize a história e as contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros.

⁵Os orixás são considerados seres divinizados, cada um com características, personalidades e domínios específicos. Eles são vistos como intermediários entre o mundo dos humanos e o mundo espiritual. Cada orixá é associado a elementos naturais, como rios, florestas, oceanos, entre outros, e muitas vezes é representado por animais, cores e símbolos específicos.

⁶Para ver mais sobre os trabalhos da autora acessar - <https://mskiusam.com/>.

⁷ÒRUN ÀIYÉ: a criação do mundo. Direção: Jamile Coelho e Cintia Maria. Salvador: [s. n], 2016. 1 curta-metragem (12 min). Animação.

⁸Ambos são orixás ligados à criação do mundo de acordo com a mitologia iorubá.

⁹Ver: Grimm e Grimm (2004).

¹⁰AS FÁBULAS [...], (2002).

¹¹O racismo religioso é uma episteme em construção, no qual, percebe-se que o preconceito que atinge as tradições afro-brasileiras, em grande parte, vem acompanhado de elementos racistas.

¹²Tristão (2020).

ARTIGO

¹³As religiões abraâmicas são aquelas que têm suas raízes na tradição atribuída a Abraão, um importante personagem bíblico. As principais religiões abraâmicas são o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo.

¹⁴Oliveira (2009).

